

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA VALERIA RIBEIRO SILVA MAGALHÃES

**DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
INFANTIL: Contribuições da Psicologia Educacional**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

ANA VALERIA RIBEIRO SILVA MAGALHÃES

**DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
INFANTIL: Contribuições da Psicologia Educacional**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Marcos Teles do Nascimento

ANA VALERIA RIBEIRO SILVA MAGALHÃES

**DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
INFANTIL: Contribuições da Psicologia Educacional**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 01/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Me. Marcos Teles do Nascimento

Membro: Profa. Ma. Indira Feitosa Siebra De Holanda - UNILEÃO

Membro: Prof. Dr. Joaquim Iarley Brito Roque - UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE INFANTIL: Contribuições da Psicologia Educacional

Ana Valeria Ribeiro Silva Magalhães¹
Marcos Teles do Nascimento²

RESUMO

Este artigo aborda a promoção da inclusão e da diversidade cultural na educação infantil, enfocando a interface entre práticas psicológicas e pedagógicas na perspectiva da psicologia educacional. O objetivo geral é compreender de que maneira a inclusão e a diversidade na educação infantil contribuem para a construção de ambientes escolares que promovam a convivência respeitosa, a empatia e a valorização das diferenças. Especificamente, busca-se identificar práticas psicológicas e pedagógicas que valorizem a diversidade, analisar o papel da psicologia educacional na mediação de processos inclusivos e refletir sobre os impactos da diversidade no cotidiano escolar. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, organizada por meio de revisão narrativa da literatura. Foram analisados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, selecionados a partir dos descritores “inclusão”, “diversidade”, “educação infantil” e “psicologia educacional”. Os resultados indicam que a integração entre práticas pedagógicas e psicológicas favorece a participação plena das crianças, valoriza as diferenças e contribui para a construção de um ambiente escolar acolhedor e equitativo. Conclui-se que a promoção da inclusão e da diversidade cultural depende de ações coordenadas entre educadores e psicólogos, fortalecendo o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Inclusão; Diversidade; Educação infantil; Psicologia educacional.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: anavaleriaribeirosilvamagalhaes@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: marcosteles@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e a diversidade constituem temas centrais na educação contemporânea, especialmente na educação infantil, fase em que as crianças iniciam a construção de sua identidade e aprendem a conviver com as diferenças culturais, sociais e emocionais (Brasil, 2018; Silva e Lopes, 2021).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de uma educação pautada no respeito às diferenças, garantindo o direito de aprendizagem a todas as crianças, independentemente de suas condições (Brasil, 2018). Além disso, segundo Mittler (2003), a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo que valoriza a diversidade e promove a equidade de oportunidades, permitindo que cada criança se desenvolva plenamente em sua singularidade. A diversidade cultural, no contexto escolar, refere-se à coexistência de diferentes identidades, histórias, línguas, tradições, valores e modos de vida que compõem a realidade das crianças.

Os grandes desafios do contexto educacional atual é reconhecer a diversidade cultural como parte inseparável da identidade nacional e regional dos educandos. Tal reconhecimento implica na superação de preconceitos e na valorização das especificidades dos diferentes grupos presentes no ambiente escolar. Trabalhar com diversidade cultural, portanto, exige antes de tudo compreender os conceitos de cultura e diversidade cultural. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo a inclusão e a diversidade na educação infantil, buscando compreender de que maneira essas práticas impactam o ambiente escolar e contribuem para a formação integral da criança. O tema se justifica pela necessidade de refletir sobre os desafios e as possibilidades que emergem quando a escola se propõe a ser um espaço de acolhimento, respeito e valorização das diferenças (Carvalho, 2019).

A escolha deste tema justifica-se por sua relevância social, pessoal e acadêmica, visto que a infância constitui um período determinante na formação de valores, atitudes e modos de convivência. Refletir sobre inclusão e diversidade na educação infantil possibilita compreender tanto as dinâmicas sociais presentes no ambiente escolar quanto o papel da instituição de ensino na promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática (Brasil, 2018). O interesse pela pesquisa surgiu de experiências profissionais na área da educação, nas quais se observou a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a inclusão desde os primeiros anos escolares.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à educação de todos, garantindo práticas inclusivas que eliminem barreiras e

possibilitem a plena participação dos estudantes em igualdade de condições. Do ponto de vista acadêmico, o estudo busca compreender como os temas de inclusão e diversidade impactam o ambiente escolar, oferecendo subsídios para a formação de profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade mais plural e ética. Em âmbito social, a diversidade e a inclusão constituem ferramentas fundamentais para a promoção da equidade, favorecendo o desenvolvimento acadêmico e o bem-estar emocional das crianças, além de prepará-las para interações sociais mais respeitosas e colaborativas.

A psicologia educacional é fundamental para compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano no contexto escolar, oferecendo subsídios teóricos e práticos que orientam estratégias psicológicas e pedagógicas mais eficazes, inclusivas e sensíveis às necessidades dos estudantes. Por meio de contribuições de autores como Piaget (1975) e Vygotsky (1991), a área investiga como fatores cognitivos, emocionais e sociais que influenciam o aprender. Além disso, a psicologia educacional promove o desenvolvimento socioemocional, auxilia na identificação de dificuldades e transtornos, contribuindo para a construção de ambientes escolares saudáveis e apoiando práticas de inclusão e adaptação curricular, desempenhando um papel indispensável na formação integral dos indivíduos.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: “De que forma a Psicologia Educacional pode contribuir para promover práticas inclusivas e de valorização da diversidade na educação infantil, favorecendo o desenvolvimento social e emocional das crianças?”. O estudo tem como objetivo geral compreender de que maneira a inclusão e a diversidade na educação infantil contribuem para a construção de ambientes escolares que promovam a convivência respeitosa, a empatia e a valorização das diferenças. A escolha do tema justifica-se pela relevância acadêmica, social e profissional, considerando que compreender práticas inclusivas oferece subsídios para educadores e psicólogos atuarem de forma integrada, fortalecendo o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa, com caráter descritivo e do tipo bibliográfica. A pesquisa bibliográfica consiste na análise e sistematização de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e

documentos disponíveis em bases de dados acadêmicas, que abordam a temática em questão e foi organizada por meio de revisão narrativa da literatura (Gil, 2002).

Essa abordagem permite compreender, de forma aprofundada, como a inclusão e a diversidade cultural são tratadas na educação infantil e como as práticas educacionais e psicológicas podem favorecer o desenvolvimento social e emocional das crianças. Assim a pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica que será abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização. Esse tipo de pesquisa é concebido por diversos autores, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002). Nesse sentido, para aprofundamento no objeto de estudo, adota-se uma abordagem qualitativa, que possibilita uma compreensão mais profunda das percepções, práticas e experiências dos diversos atores envolvidos no processo educativo, como educadores, crianças e familiares.

Portanto, foi realizada uma busca em bases de dados acadêmicas, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Public Library of Science (PubMed), Google Scholar e Periódicos Capes. O objetivo foi reunir, analisar e compreender os principais conceitos, teorias e práticas relacionadas ao objeto de estudo. Para assegurar a consistência e a relevância dos dados analisados, foram estabelecidos critérios específicos de busca e seleção dos estudos, priorizando materiais publicados nos últimos cinco anos e que apresentassem fundamentação teórica sólida e aplicabilidade prática no contexto educacional e psicológico. Foram adotados critérios específicos de inclusão para a seleção dos estudos: materiais publicados nos últimos cinco anos, em português ou inglês, que abordassem conceitos, teorias ou práticas relacionados à inclusão, diversidade e desenvolvimento socioemocional na educação infantil. A análise envolveu a leitura de aproximadamente 20 artigos científicos, além de livros, dissertações e documentos oficiais, garantindo consistência e relevância ao levantamento realizado.

Por fim, a busca bibliográfica foi realizada a partir dos descritores “*inclusão*”; “*diversidade*”; “*educação infantil*” e “*psicologia educacional*”, com o objetivo de abarcar a interface entre práticas pedagógicas e psicológicas na promoção da inclusão e da valorização da diversidade cultural.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Conceitos Fundamentais: Diversidade, Diferença, Equidade e Inclusão

A diversidade cultural na educação implica reconhecer e valorizar as múltiplas

identidades, tradições e formas de expressão presentes no ambiente escolar. A educação inclusiva pode se beneficiar da perspectiva multicultural, que questiona formas de ocultação das diferenças e propõe práticas pedagógicas que respeitem e integrem as diversas culturas, conforme destacam Capellini e Macena (2018), ao afirmarem que a diversidade cultural é um elemento essencial na construção de práticas pedagógicas que considerem e acolham as diferenças presentes no contexto escolar.

A equidade implica reconhecer que algumas desigualdades são inevitáveis e, portanto, devem ser consideradas, uma vez que o tratamento igual de todos pode, paradoxalmente, gerar desigualdade para aqueles que se encontram em situação de desvantagem. Nessa perspectiva, não basta assegurar a igualdade de acesso, mas sim garantir a igualdade de oportunidades, ainda que isso exija um tratamento diferenciado. A equidade, portanto, consiste na distribuição desigual dos meios de forma a favorecer os mais desfavorecidos, trazendo à tona, de maneira central, a questão da justiça social (Bolívar, 2005).

Segundo Booth e Ainscow (2002), a inclusão é definida simultaneamente como processo e produto: um processo contínuo e inacabado, um ideal a ser constantemente perseguido, ainda que nunca plenamente alcançado. Trata-se de um movimento que visa ampliar a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Esse conceito, de natureza complexa, envolve a valorização equitativa dos alunos; a ampliação das oportunidades de participação escolar; a reestruturação das culturas, políticas e práticas escolares para responder à diversidade; a redução das barreiras que dificultam o acesso à aprendizagem e à participação; e a compreensão das diferenças como recursos e não como obstáculos. Assim, a inclusão escolar é entendida como parte integrante da inclusão social.

No que se refere ao respeito à diversidade, é reconhecer e valorizar as diferenças individuais constitui uma riqueza para a comunidade escolar. De forma semelhante a diversidade deve ser compreendida como um recurso pedagógico, e não como um problema a ser resolvido. Nesse contexto, a escola deve ser um espaço que acolha a diversidade, proporcionando oportunidades iguais de aprendizagem e participação para todos os alunos (Seiça, 2016).

Enquanto a diversidade é um conceito coletivo, a diferença foca na particularidade do sujeito, permitindo que educadores e psicólogos planejem estratégias específicas para promover o desenvolvimento integral. A igualdade busca fornecer a todos os indivíduos os mesmos recursos e oportunidades, assumindo que as condições iniciais são semelhantes. Já a equidade considera as desigualdades existentes entre os indivíduos, promovendo ajustes e suporte específicos para que todos alcancem resultados justos e significativos (Brasil, 2008).

Na prática, a equidade garante que crianças com diferentes necessidades recebam atenção e recursos proporcionais às suas circunstâncias, promovendo justiça e inclusão real.

A educação intercultural emerge como uma abordagem essencial para promover a inclusão e o respeito à diversidade cultural no contexto escolar. Segundo a UNESCO (2022), as competências interculturais são essenciais para a convivência pacífica e social e podem ser fortalecidas por meio de práticas educacionais que promovam escuta, empatia, diálogo e respeito às diferenças culturais. Nesse sentido, a educação multicultural deve ser complementada pela educação intercultural e pela educação baseada na diversidade cultural, de forma a articular o reconhecimento das particularidades culturais de cada estudante com a abertura para apreciar e dialogar com outras formas de conhecimento, valores e práticas culturais.

As abordagens contemporâneas sobre diversidade cultural na educação enfatizam a necessidade de transformar a escola em um espaço que valorize a pluralidade de identidades, culturas e experiências dos estudantes. Nesse sentido, o multiculturalismo crítico propõe não apenas o reconhecimento da coexistência de diferentes culturas, mas também a reflexão sobre desigualdades históricas e relações de poder, promovendo uma convivência mais justa e equitativa (Banks, 2015).

A interculturalidade, por sua vez, vai além do reconhecimento da diferença, incentivando o diálogo ativo entre culturas, a troca de saberes e a construção coletiva de conhecimentos, favorecendo o respeito e a empatia entre os alunos (García; Wei, 2014). Complementarmente, a educação antirracista e decolonial atua no combate a preconceitos e discriminações, valorizando a história e a cultura de grupos historicamente marginalizados, como povos afrodescendentes e indígenas, e promovendo práticas pedagógicas inclusivas que reforcem a equidade social (Tavares, 2017).

Por isso, a compreensão dos conceitos de diversidade, diferença, equidade, igualdade e inclusão é essencial para fundamentar práticas pedagógicas e psicológicas que promovam ambientes escolares justos e acolhedores. Assim a diversidade refere-se à coexistência de características variadas entre indivíduos ou grupos, incluindo aspectos culturais, étnicos, linguísticos, de gênero, socioeconômicos e cognitivos. A diferença enfatiza a singularidade de cada indivíduo, destacando que cada criança possui necessidades, habilidades e potencialidades próprias. Dessa forma, essas abordagens contemporâneas consolidam a diversidade cultural como um recurso pedagógico essencial, capaz de fortalecer a identidade dos estudantes, enriquecer o processo de aprendizagem e contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva e socialmente justa.

A discussão sobre diversidade cultural e inclusão escolar deve ser compreendida também à luz da perspectiva dos direitos humanos, que estabelece a educação como um direito fundamental e inalienável de todos os indivíduos. No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) assegura, em seu artigo 26, que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, além de promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos culturais. Da mesma forma, a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) consolidou o princípio da inclusão escolar como caminho essencial para garantir a igualdade de oportunidades, enfatizando a necessidade de sistemas educacionais que atendam às diversidades de todos os alunos, em especial aqueles com deficiência.

No contexto nacional, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 a 214, consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, pautada na promoção da cidadania, do pluralismo e da igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Complementarmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça a proteção integral e o acesso universal à educação, reconhecendo a criança como sujeito de direitos. Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante práticas pedagógicas inclusivas, com a eliminação de barreiras que dificultem a participação plena e efetiva dos estudantes em igualdade de condições.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) orienta que a educação deve respeitar a diversidade cultural e assegurar a formação integral dos educandos. Por isso, nessa perspectiva, tanto os marcos internacionais quanto os nacionais convergem para a compreensão de que a escola é espaço privilegiado para a promoção da justiça social, da equidade e do respeito às diferenças. Reconhecer a diversidade cultural no ambiente educacional é, portanto, não apenas um compromisso ético, mas também uma exigência legal e social que fortalece a construção de uma sociedade democrática e plural.

2.2.2 Princípios da Educação Infantil e sua Relação com a Inclusão e Diversidade

Na educação infantil, a articulação entre diversidade, diferença, equidade, igualdade e inclusão permite a construção de ambientes que respeitam e valorizam cada criança, promovendo competências sociais, emocionais e cognitivas. Além disso, a integração desses conceitos orienta a atuação de psicólogos e educadores, fortalecendo estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral e a convivência respeitosa entre os alunos (Banks,

2015).

Os princípios pedagógicos norteadores da educação brasileira estão consolidados em documentos legais fundamentais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990). Ao longo da Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visam assegurar uma formação humana integral (Brasil, 2017). Essas competências buscam promover o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, ético e cultural dos estudantes, preparando-os para a participação ativa e crítica na sociedade.

Dessa forma, a BNCC orienta que o processo educativo não se restrinja à aquisição de conteúdo, mas contemple a formação de sujeitos capazes de agir com autonomia, responsabilidade, empatia e respeito à diversidade. Segundo Libâneo (2013), a integração dessas competências ao currículo favorece práticas pedagógicas que valorizam a pluralidade cultural, a inclusão de diferentes perfis de aprendizagem e a promoção da cidadania, evidenciando que a educação deve atuar como instrumento de transformação social.

No Brasil, o movimento pela inclusão educacional ganhou força a partir da década de 1990, quando políticas públicas passaram a promover o acesso de crianças com deficiência às escolas regulares. A Constituição Federal de 1988 já estabelecia a educação como direito de todos, mas foi a partir de legislações específicas e diretrizes curriculares que a inclusão começou a ser implementada de forma sistemática (Brasil, 1988).

Além disso, a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) enfatiza a importância de considerar as diferenças individuais como parte do processo de aprendizagem, promovendo uma educação que atenda às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas origens culturais. Assim, a trajetória histórica e legal da inclusão evidencia que o acesso à educação de qualidade para todos os alunos é um direito consolidado, mas que a efetivação da inclusão depende de práticas pedagógicas e psicológicas articuladas, capazes de atender às necessidades individuais e coletivas das crianças no contexto escolar (Banks, 2015).

Um marco importante nesse processo foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação inclusiva e estabelece que crianças com deficiência devem ter acesso a escolas comuns com suporte adequado, garantindo participação plena e igualdade de oportunidades (Brasil, 2015). A LBI reforça que a inclusão deve envolver não apenas a adaptação física e pedagógica, mas também o desenvolvimento de práticas que promovam a socialização, o respeito às diferenças e o

fortalecimento da autoestima das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça, a necessidade de uma educação que ultrapasse a mera transmissão de conteúdo. Pois ao propor uma educação voltada ao desenvolvimento humano global, a BNCC rompe com concepções reducionistas que tendem a fragmentar o processo educativo, reconhecendo a complexidade da aprendizagem e a importância da articulação entre diferentes dimensões da vida. Essa perspectiva fortalece a ideia de que a escola deve ser um espaço de formação para a cidadania, de valorização da diversidade e de desenvolvimento de competências que preparem o sujeito para os desafios da vida em sociedade (Brasil, 2017).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental e estabelece que sua promoção é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. De acordo com o texto constitucional, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Saviani (2008) destaca que o direito à educação implica não apenas garantir o acesso, mas assegurar a qualidade e equidade no processo educativo, considerando a diversidade cultural e social dos estudantes.

Dessa forma, a Constituição não apenas garante o acesso à educação, mas também orienta que esta seja um instrumento de formação integral do indivíduo, promovendo valores de cidadania, equidade e inclusão, elementos essenciais para a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa. A BNCC orienta o currículo escolar, enfatizando a formação integral do estudante, a valorização da diversidade, a inclusão e o respeito às diferenças, buscando garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos (Brasil, 2017).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015) representa um marco legal fundamental para a promoção da inclusão social e educacional no Brasil. A LBI estabelece direitos e garantias às pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação em condições de igualdade, a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, e a promoção de adaptações razoáveis que assegurem a participação plena no processo educativo. A LDB estabelece princípios que promovem a igualdade de oportunidades educacionais, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, e a gestão democrática das instituições de ensino (Brasil, 2015).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) constitui o principal marco legal brasileiro para a proteção integral de crianças e adolescentes, assegurando seus

direitos fundamentais em áreas como educação, saúde, convivência familiar e comunitária, lazer, cultura e cidadania. O ECA assegura direitos fundamentais à infância e adolescência, incluindo acesso à educação de qualidade, respeito à identidade, à cultura e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990). Esses documentos, de forma articulada, fornecem fundamentos legais e pedagógicos para práticas educativas inclusivas, que respeitem a diversidade cultural, social e econômica dos estudantes, orientando políticas, currículos e ações pedagógicas voltadas para a promoção da equidade e da justiça social.

A educação infantil configura-se como um espaço privilegiado para a socialização, o respeito às diferenças e a promoção da cidadania. Nessa fase, as crianças começam a interagir de forma mais ampla com colegas, educadores e o ambiente escolar, desenvolvendo habilidades socioemocionais e cognitivas essenciais para a vida em sociedade (Pereira e Almeida, 2018). A valorização da diversidade cultural, étnica, social e individual contribui para a construção de uma cultura de respeito e empatia, permitindo que as crianças reconheçam e apreciem as diferenças como parte de sua aprendizagem.

Além disso, práticas pedagógicas inclusivas e participativas favorecem a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, estimulando a cooperação, a solidariedade e a responsabilidade social desde os primeiros anos da escolarização (Brasil, 2017; Unesco, 2009). Dessa forma, a educação infantil não apenas prepara para a aprendizagem acadêmica, mas também desempenha um papel central na formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente engajados.

A promoção da diversidade cultural e da inclusão no contexto escolar enfrenta desafios significativos que envolvem aspectos estruturais, pedagógicos e sociais. A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, precisa lidar com desigualdades históricas, preconceitos, estereótipos e práticas excludentes presentes na sociedade, que muitas vezes se refletem no ambiente educativo. De acordo com Gomes (2017), ainda persiste, nas instituições escolares, uma dificuldade em reconhecer e valorizar as diferenças como dimensões constitutivas do processo educativo, o que reforça a necessidade de políticas e práticas pedagógicas que combatam desigualdades e promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e plural.

A formação e capacitação dos docentes constituem um ponto crítico, pois a efetivação de uma prática inclusiva exige conhecimentos específicos, competências interculturais e estratégias pedagógicas capazes de atender às necessidades de todos os estudantes. Além disso, a gestão escolar deve implementar políticas e ações que promovam a equidade, garantindo recursos adequados, acessibilidade física e pedagógica e valorização da diversidade cultural

como recurso para o aprendizado. Como discutem Moreira e Candau (2017), a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas depende de processos formativos que considerem a complexidade das diferenças e preparem os profissionais para atuar em contextos marcados pela pluralidade cultural e social.

2.2.3 Contribuições da Psicologia Educacional para a Diversidade Cultural no Ensino Infantil

A psicologia educacional é o ramo da psicologia voltado ao estudo dos processos de ensino e aprendizagem, bem como ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos indivíduos em ambientes educativos. Seu propósito é compreender como as pessoas aprendem, quais fatores influenciam esse processo e como o contexto escolar pode favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Piaget (1975) contribuiu ao destacar que a aprendizagem ocorre de acordo com estágios de desenvolvimento cognitivo, ressaltando a importância de práticas pedagógicas adequadas à maturidade intelectual das crianças. Já Vygotsky (1998) enfatiza que o aprendizado é mediado pelas interações sociais e pela cultura, destacando o papel do professor como mediador. Desse modo, a psicologia educacional oferece fundamentos teóricos essenciais para a construção de práticas educativas mais eficazes, humanizadas e inclusivas.

A relação entre psicologia educacional e diversidade cultural é essencial para promover práticas psicológicas e pedagógicas que respeitem a singularidade das crianças e valorizem seus contextos socioculturais. A psicologia educacional, ao estudar como fatores sociais, afetivos e culturais influenciam o desenvolvimento e a aprendizagem, oferece subsídios para que professores compreendam a criança em sua totalidade e evitem práticas homogêneas que desconsiderem suas identidades. Autores contemporâneos, como Coll, Marchesi e Palacios (2010), enfatizam que o desenvolvimento infantil é profundamente marcado pelas interações sociais e pela cultura, enquanto Santrock (2014) destaca que ambientes educativos sensíveis à diversidade favorecem a autoestima, a inclusão e o engajamento das crianças. Assim, integrar a psicologia educacional à valorização da diversidade cultural significa criar espaços de aprendizagem mais democráticos, afetivos e representativos, onde cada criança pode reconhecer-se, expressar-se e aprender de forma significativa.

A diversidade cultural é a coexistência, em uma mesma sociedade ou entre diferentes sociedades, de múltiplas formas de expressão simbólica, modos de vida, valores, crenças, línguas e práticas sociais. Ela reflete a pluralidade das experiências humanas e resulta de

processos históricos, geográficos e sociais que moldam identidades coletivas distintas. Reconhecer e valorizar essa diversidade é fundamental para promover inclusão, diálogo intercultural e desenvolvimento social equilibrado. (Lapolli *et al.*, 2022).

Além disso, o artigo 5º explicita um conjunto de direitos e garantias que estruturam o Estado Democrático de Direito, reforçando que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” e garantindo ainda que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Ao reunir esses dispositivos, a Constituição consolida um marco normativo que busca assegurar a proteção integral da pessoa humana, a igualdade material e formal, e a plena participação de todos na vida social, política e econômica do país (Brasil, 1988).

Lapolli *et al.*, (2022) afirmam que a compreensão das diferenças é fundamental para promover o respeito à diversidade, vinculada a diferentes costumes e tradições de uma sociedade, sendo estes representados por meio da língua falada, das crenças, dos comportamentos, dos valores, da culinária, da política, da arte, da música, das vestimentas, das manifestações religiosas, entre tantos outros elementos. A perspectiva apresentada pelos autores dialoga diretamente com os fundamentos da Psicologia Educacional, uma vez que compreender as diferenças é condição essencial para promover processos de aprendizagem mais inclusivos e equitativos.

Para isso, a Psicologia Educacional reconhece que cada estudante apresenta repertórios culturais, emocionais e cognitivos próprios, influenciados pelo contexto social e pelas múltiplas formas de diversidade. Assim, ao considerar que a escola é um espaço plural, a integração dessa compreensão permite que educadores adotem práticas pedagógicas sensíveis às singularidades, favorecendo o desenvolvimento integral, o bem-estar psicológico e a construção de ambientes educativos que respeitam e valorizam as identidades dos sujeitos. Nesse sentido, Vygotsky (1984) afirma que o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam, evidenciando que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado às interações e aos contextos culturais. Assim, a Psicologia Educacional tem como propósito contribuir para a qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

No Brasil, a produção científica na área de Psicologia e Educação expandiu-se a partir da década de 1970, apresentando crescimento expressivo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996 (Del Prette; Del Prette, 2002). Esse avanço impulsionou reflexões essenciais acerca da formação e da identidade dos profissionais da educação, ressaltando o papel do psicólogo no contexto escolar.

Na sociedade dos séculos XIII, XIV e XV de acordo com Ariès (2006) não havia diferenciação entre a criança e o adulto. A criança participava da vida social do adulto em iguais condições. Mas Piaget enfatiza que o desenvolvimento cognitivo e moral da criança ocorre principalmente na interação com os pares. É nesse espaço de convivência que ela se descentraliza, aprende a considerar o ponto de vista do outro e constrói regras coletivas. Nesse sentido, a diversidade se configura como elemento fundamental para gerar conflitos cognitivos que possibilitam a elaboração de novas estruturas de pensamento e o fortalecimento do senso de justiça.

Vygotsky (1988) ressaltou que o desenvolvimento humano está enraizado nas interações sociais, uma vez que a criança aprende por meio das relações com o outro, com os objetos ao seu redor e com a cultura. Dessa forma, o processo de desenvolvimento não segue uma trajetória linear, mas é construído dinamicamente a partir dessas experiências. Vygotsky, por sua vez, destaca a centralidade do contexto sociocultural no desenvolvimento. Para ele, o aprendizado é mediado pela linguagem e pelas interações sociais, sendo a diversidade cultural e social uma riqueza que amplia as possibilidades de aprendizagem. A convivência com diferentes modos de ser e de pensar expande a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), pois favorece trocas significativas em que a identidade do sujeito se constrói no diálogo com o outro.

No início do século XX, Wallon (1989) passou a compreender o ser humano de forma integral, considerando sua relação com o meio e a articulação entre os domínios afetivo, cognitivo e motor ao longo do desenvolvimento. Para ele, esses aspectos não atuam de forma isolada, mas se interligam, compondo a personalidade. Nesse processo, a emoção, o movimento e a inteligência assumem papel central como elementos propulsores do desenvolvimento. Wallon insere a dimensão afetiva como constitutiva do desenvolvimento humano, considerando que cognição, emoção e motricidade se articulam de maneira indissociável. A convivência, nesse sentido, é permeada pelas emoções e vínculos afetivos, sendo a diversidade compreendida como oportunidade para o reconhecimento mútuo e o fortalecimento da solidariedade. Ao vivenciar a pluralidade, o sujeito aprende a lidar com diferenças e a construir relações mais empáticas.

A teoria de Vygotsky tem como fundamentos a sociabilidade humana, a interação social, a cultura, a história, além do papel dos signos, instrumentos e das funções mentais superiores. Já a teoria bioecológica de Bronfenbrenner (1998) analisa o desenvolvimento humano de forma integrada ao ambiente, considerando tanto os contextos imediatos nos quais o indivíduo está inserido quanto aqueles mais distantes, ressaltando que todos os ambientes se interconectam e exercem influência mútua. A diversidade, nesse modelo, está presente em todos esses níveis,

influenciando de forma direta ou indireta a formação do indivíduo. Assim, a convivência em contextos diversos revela-se essencial para compreender que o desenvolvimento não ocorre de maneira isolada, mas situado em múltiplas dimensões interconectadas.

Wallon (1975) concebe o professor como um sujeito integral, em que se articulam dimensões afetivas, cognitivas e motoras. Ao considerar o docente como mediador da cultura de seu tempo, Wallon evidencia que sua atuação vai além da simples transmissão de conteúdo, envolvendo também a promoção de valores e atitudes essenciais à formação do cidadão. A formação psicológica do professor, portanto, não deve restringir-se apenas ao estudo teórico, mas integrar-se à prática pedagógica cotidiana, possibilitando-lhe desenvolver competências que reforcem sua autoestima, transmitam segurança e favoreçam a intencionalidade no planejamento de suas ações. Assim, a Psicologia contribui para compreender o papel do educador em sua totalidade e para orientar práticas que favoreçam o desenvolvimento humano.

Conforme o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o movimento global em favor da inclusão configura-se como uma iniciativa política, cultural, social e pedagógica voltada para assegurar o direito de todos os alunos à participação, à aprendizagem e à integração, sem qualquer forma de discriminação. A educação inclusiva, nesse sentido, constitui um paradigma educacional ancorado nos princípios dos direitos humanos, ao reconhecer igualdade e diferença como valores indissociáveis. Tal perspectiva ultrapassa a noção de equidade formal, ao considerar os contextos históricos que geraram processos de exclusão tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral.

Os princípios para a construção de sistemas educacionais inclusivos levam a uma revisão da organização de escolas e turmas especiais, exigindo uma mudança estrutural e cultural na escola para atender às necessidades específicas de todos os alunos (Brasil, 2008.) A Psicologia nesse sentido, vem como papel fundamental na formação de professores, especialmente quando se trata de lidar com a diversidade presente no ambiente escolar. Por meio de seus diferentes ramos e teorias, ela oferece subsídios para que o educador compreenda melhor o desenvolvimento humano, as relações interpessoais e as diferenças individuais, possibilitando práticas pedagógicas mais inclusivas, empáticas e eficazes.

Segundo Matias e Mélo (2024), as habilidades socioemocionais desempenham um papel significativo na aprendizagem, sendo que a afetividade e a relação docente-discente são fundamentais para a construção do conhecimento. As autoras destacam que a compreensão das emoções e a construção de vínculos afetivos influenciam diretamente o processo educativo. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a necessidade de promover

competências como autoconhecimento, empatia, pensamento crítico e cooperação, visando a formação integral dos estudantes e o pleno exercício da cidadania (Brasil, 2017). Essas diretrizes reforçam a importância de práticas pedagógicas que integrem o desenvolvimento emocional e social dos alunos, contribuindo para uma convivência escolar mais respeitosa e democrática.

Pesquisas brasileiras destacam a importância das intervenções psicológicas na promoção da valorização da diversidade cultural na infância. Um estudo realizado por Silva (2015) investigou como crianças da educação infantil compreendem e convivem com as diferenças de raça, gênero e deficiências, utilizando a boneca Mariana como ferramenta para debates sobre diversidade cultural. A pesquisa evidenciou que, por meio de atividades lúdicas, as crianças desenvolveram maior empatia e respeito pelas diferenças, contribuindo para a construção de uma convivência mais inclusiva e plural.

Além disso, conforme discutido por Lima e Campos (2023), oferecer uma abordagem teórica que enfatiza a importância da cultura na formação do indivíduo, sugerindo que práticas pedagógicas considerem a diversidade cultural como construção fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Essas abordagens psicológicas contribuem significativamente para a construção de ambientes educativos que respeitam e valorizam as diferenças culturais, promovendo uma educação mais justa, mais diversa e inclusiva.

Estudos mais recentes, como os de Gomes (2017) e Candau (2020), reforçam que a escola precisa construir ambientes que acolham identidades diversas, promovam equidade e combatam práticas discriminatórias. Nesse sentido, psicólogos educacionais atuam ajudando docentes e gestores a identificar barreiras atitudinais, comunicacionais e pedagógicas, oferecendo suporte para que práticas inclusivas sejam implementadas de forma ética, sensível e fundamentada. Ao apoiar a formação continuada de professores, essa área contribui para o desenvolvimento de competências interculturais, essenciais para lidar com a pluralidade presente no cotidiano escolar.

Diante disso, a cultura, segundo Padilha (2007), abrange todas as atitudes e comportamentos dos grupos e comunidades que possuem significado social, sendo adquirida e transmitida por meio dos hábitos e costumes das coletividades. Nesse sentido, no entendimento contemporâneo sobre a infância, as crianças constroem sua visão de mundo por meio da imaginação, uma vez que ainda não possuem plenamente desenvolvidos os vínculos racionais com a realidade. Ao assimilar a cultura familiar e comunitária, as crianças recorrem à imaginação para transformar o mundo em algo objetivo e compreensível.

Portanto, a Psicologia, especialmente em suas abordagens voltadas à educação e ao desenvolvimento infantil, contribui para que essas experiências culturais sejam vivenciadas de forma reflexiva, diversificada e inclusiva, promovendo o respeito às diferenças e a valorização da diversidade cultural. Intervenções psicológicas, como atividades lúdicas, rodas de conversa e projetos educativos, podem ajudar as crianças a reconhecer e apreciar múltiplas culturas, ampliando a empatia, a cooperação e a compreensão social, elementos essenciais para a construção de ambientes escolares mais equitativos e humanizados (Silva, 2015; Lima e Campos, 2023). Dessa forma, a Psicologia atua não apenas no desenvolvimento cognitivo e emocional, mas também na formação de cidadãos capazes de conviver e valorizar a pluralidade cultural desde a infância.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que a Psicologia exerce papel essencial na promoção de práticas inclusivas e na valorização da diversidade cultural na educação infantil. Ao compreender que a infância é um período importante para a construção da identidade, dos valores e das atitudes sociais, percebe-se que o ambiente escolar precisa ser um espaço de acolhimento, respeito e valorização das diferenças (Padilha, 2007).

Além disso, legislações e diretrizes nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular — BNCC (Brasil, 2018), reforçam a necessidade de garantir o direito à educação de todas as crianças, promovendo equidade e acesso às oportunidades de aprendizagem. Portanto, a inclusão e a valorização da diversidade devem ser princípios orientadores da prática pedagógica, contribuindo para a formação de crianças conscientes, empáticas e preparadas para conviver em uma sociedade plural e democrática. O investimento em ambientes escolares inclusivos representa, assim, uma estratégia essencial para a construção de uma educação mais justa e humanizada.

Constatou-se, ao longo deste trabalho, que o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural favorecem a formação de identidades mais seguras, empáticas e abertas ao diálogo. A Psicologia Educacional, nesse contexto, oferece subsídios teóricos e metodológicos que auxiliam educadores a compreenderem a importância da mediação cultural no processo de aprendizagem e na construção da autoimagem infantil.

Além disso, o estudo revelou que práticas educacionais aplicadas ao contexto de aprendizagem, quando inclusivas e sensíveis às diferenças culturais, promovem não apenas o

desenvolvimento cognitivo, mas também o crescimento emocional e social das crianças. Tais práticas fortalecem a capacidade de convivência ética, respeitosa e colaborativa entre os alunos, contribuindo para a formação de sujeitos mais empáticos e conscientes de sua pluralidade. Desse modo, a escola se reafirma como um espaço de transformação social, no qual o respeito à diversidade se constitui como princípio fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente humanizadora.

Por fim, a pesquisa é ponte para que futuras pesquisas aprofundem a relação entre políticas educacionais, formação docente e estratégias práticas que fomentem a valorização da diversidade cultural no cotidiano escolar. Investigações empíricas que envolvam professores, alunos e famílias podem contribuir significativamente para a ampliação do debate e para a consolidação de práticas que assegurem o desenvolvimento integral das crianças em contextos multiculturais.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BANKS, J. A. **Cultural diversity and education: foundations, curriculum, and teaching**. 6. ed. New York: Routledge, 2015.

BOLÍVAR, A. Equidad educativa y teorías de la justicia. *Revista Electrónica Iberoamericana* sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación – REICE, v. 3, n. 2, p. 42-69, 2005.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CAPELLINI, V. L. M. F.; MACENA, J. de O. **A diversidade cultural na formação e atuação de professores**. Educação e Fronteiras, v. 8, n. 22, p. 160-176, 2018.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.
- COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, Jesús (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. **Habilidades sociais e educação: pesquisa e atuação em psicologia escolar/educacional**. In: DEL PRETTE, Z. A. P (Org.). Psicologia Escolar, Saúde e Qualidade de Vida. Campinas: Alínea, 2001.
- GARCÍA, O. Language and ethnicity. In: HANSON, R.; WILLIAMS, R. (Eds.). **The Cambridge Handbook of Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 460-481.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.
- LAPOLLI, É. M.; PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira. **Diversidades: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças**. Florianópolis: Pandion, 2022.
- LIMA, C. P de; CAMPOS, H. R. Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a Educação Escolar Brasileira: o experimento formativo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 183-204, abr. 2023.
- MATIAS, J. B. de O.; MÉLO, A. M.de. As habilidades socioemocionais e seus impactos na aprendizagem. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE**, São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, cultura e diversidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 17 set. 2025.

PADILHA, M. **Educação, cultura e infância: reflexões sobre o desenvolvimento cultural das crianças**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PEREIRA, A. M.; ALMEIDA, F. S. Afetividade e atuação do psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 3, p. 215-223, 2018.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1975.

SANTROCK, J. W. **Psicologia educacional**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEIÇA, A. **Labirintos da Justiça na Escola: perspectivas de alunos e professores**. Santo Tirso: DeFacto, 2016.

SILVA, A. P.; TIERNO, P. M. **Psicologia educacional: teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo: Atlas, 2020.

SILVA, F. L. F. da S.; MARTINS, C. M. da S. S. Psicologia escolar e educação inclusiva: um olhar para a diversidade e inclusão no ambiente educacional. Duna: **Revista Multidisciplinar de Inovação e Práticas de Ensino**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 94-105, jan./mar. 2025.

SILVA, L. M.; LOPES, A. C. **Educação Inclusiva e diversidade cultural na infância**. Revista Brasileira de Educação, 2021.

SILVA, V. M. A da. Discussão de concepções sobre diversidade cultural na educação infantil. 2015. 82 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)**, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TAVARES, M. A. Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de história e cultura afro-brasileira. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 22, n. 2, p. 251-266, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/PyFjT66TFDL7jSNfpWCgMGw/>

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 17 set. 2025.

UNESCO. **New methods to boost intercultural competencies**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/new-methods-boost-intercultural-competencies>.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

WALLON, H. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Estampa.1975

WOOLFOLK, A. **Educational Psychology**. 14th ed. New York: Pearson, 2019.